

A Guerra Colonial e a Descolonização vistas pelas Sondagens de Opinião (1973-2004)

Carlos Maurício

Investigador do Centro de Estudos de História Contemporânea/ISTCE-IUL

Resumo

Este artigo examina as sondagens à opinião pública, realizadas em Portugal entre 1973 e 2004, onde a política ultramarina, o fim da guerra colonial e a descolonização foram tema. Identifica duas importantes mudanças nas atitudes da população. A primeira, na sequência da revolução do 25 de Abril, produziu uma inversão entre o campo dos que eram a favor e o dos que eram contra a manutenção da guerra e do império, ao mesmo tempo que reduziu o vasto conjunto de portugueses que não tinha opinião sobre estas matérias. A segunda, por ocasião do 20.º aniversário da revolução, abriu caminho a uma visão mais plural, onde os argumentos pró e contra o processo de descolonização se passaram a defrontar livremente na praça pública. Esta mudança foi impulsionada pela inauguração polémica do monumento aos combatentes mortos no Ultramar, em Janeiro de 1994, e pelos debates televisivos, no mês de Abril.

Abstract

The Colonial War and the Decolonization Process seen by Public Opinion Surveys (1973-2004)

This paper explores national surveys of public opinion held in Portugal, between 1973 and 2004, on the themes of colonial war and decolonization. Its aim is to measure the perceptions of the Portuguese citizens regarding the overseas policy of Estado Novo authoritarian regime, as well as the final dissolution of the Portuguese Empire, when territories in Africa were granted their independence (1974-5). It identifies two major turning points. The first and most important one, following the Revolution of April 25th, 1974, created a reversal between the field of those who favored and those who were against the continuation of the war and the empire, while it reduced the large number of Portuguese who had no opinion on these matters. The second, on the occasion of 20th anniversary of the revolution, paved the way to a more pluralistic view, where the arguments for and against the process of decolonization began to freely confront each other in public sphere. This change was boosted by the opening, in January 1994, of the controversial memorial to war dead in the Overseas Provinces and by television debates during next April.

A guerra colonial e a descolonização são os dois eventos mais traumáticos da vida portuguesa do último meio século. Ao mesmo tempo, constituem o mais importante ponto de viragem, dos últimos cem anos, na forma como os portugueses se vêem a si próprios – como Eduardo Lourenço (1982 [1978], p. 41-64) e António José Saraiva (1979) não deixaram lucidamente de assinalar logo no final da década de 70. Se os trabalhos de natureza analítica, testemunhal, polémica ou narrativa (não-ficcional) sobre o Ultramar pós-1961 e a guerra se aproximam já dos dois milhares de títulos e se os trabalhos sobre a descolonização e os seus efeitos domésticos totalizam já algumas centenas, o estudo das atitudes colectivas da população portuguesa perante a guerra e a descolonização apenas se desenvolveu nos últimos quinze anos. Coube ao estudo de Nuno Mira Vaz (1997), sobre as *Opiniões públicas durante as Guerras de África, 1961/74*, abrir esta linha promissora para a historiografia das memórias e representações colectivas desses dois eventos marcantes do nosso último meio-século.

O presente artigo situa-se num período cronológico distinto do deste livro e centra-se na exploração de um *corpus* documental constituído por doze inquéritos de opinião, produzidos entre 1973 e o trigésimo aniversário do 25 de Abril (cf. Anexo). A população/alvo de nove dessas sondagens é constituída pelos residentes no continente¹, enquanto nas três restantes é formada pelos residentes de determinados centros urbanos que, em articulação, são considerados representativos do eleitorado continental. Três sondagens – realizadas em 1973, 1978 e 1984 – foram dirigidas por investigadores e editadas em livro. As restantes nove – publicadas entre 1984 e 2004 – foram encomendadas a institutos de sondagens por órgãos de comunicação social, no âmbito das comemorações do aniversário do 25 de Abril.

As sondagens de opinião baseiam-se no princípio de que aquilo que uma determinada população alvo pensa, sobre um dado assunto, pode ser inferido com uma precisão considerável através das respostas a um inquérito dirigido a uma amostra probabilística dessa mesma população. As opiniões desta população são naturalmente influenciáveis pelos líderes políticos e os *opinion makers*, pelas agendas políticas e mediáticas, e estão ainda sujeitas à manipulação resultante da própria

1 A sondagem da Norma para o *Diário de Notícias*, em 1994, não publica ficha técnica, mas é praticamente certo o seu universo ser constituído pela população do continente. Uma referência feita no dia seguinte (21.04.1994: 4) informa que a sondagem fora feita a “cerca de mil inquiridos”. E, atendendo ao facto de tanto a sondagem da Norma para o mesmo *Diário de Notícias*, em 1984, como a sondagem da Norma para o *Público*, em 1994, tomarem por universo os residentes do continente, é praticamente seguro que o mesmo sucedeu com a sondagem desta empresa para o *Diário de Notícias* em 1994. O tamanho da amostra só vem reforçar esta suposição.

construção e modo de aplicação dos questionários. Ou seja, o próprio inquérito também constrói a opinião que pretende medir. Esta interferência não invalida que as sondagens possam ser erigidas em objecto historiográfico. Como em qualquer outra abordagem, o ponto de partida é o exame das respectivas fichas metodológicas. Apenas os resultados estatisticamente significativos devem ser levados em consideração pela análise. Para o historiador, os resultados fornecem informações tão significativas como os processos envolvidos na sua obtenção, e tão importantes como a interpretação dos dados por parte dos investigadores e/ou jornalistas que conceberam e/ou encomendaram os inquéritos. Por último, tanto os questionários, como os resultados, como as interpretações de dados exigem ser interpretados à luz dos contextos que os produziram e dos combates culturais e políticos travados. O que foi inquirido pode fornecer tanta informação como o que deixou de ser perguntado.

No caso em estudo, verificamos que apenas uma sondagem não informa sobre o seu universo e o tamanho da amostra (embora ambos sejam dedutíveis da informação disponibilizada). Todavia, quando passamos ao intervalo de confiança e à margem de erro, essa informação encontra-se ausente em metade das sondagens. O intervalo de confiança nas sondagens que o indicam é o mais utilizado: 95%. Não podemos, todavia, garantir que as restantes seis adoptassem idêntico critério. Mas mesmo supondo que alguns dos intervalos de confiança omitidos são de 90%, os erros estatísticos das amostras correspondentes não devem, em nenhum dos casos, exceder $\pm 5\%$. Apesar das deficiências verificadas na publicação de algumas fichas metodológicas (cf. Anexo), apesar da diversidade dos questionários – que impossibilitam uma comparação sistemática –, apesar do enviesamento presente em alguns deles (na formulação das perguntas, nos termos usados ou no número de alternativas), é possível esboçar algumas conclusões a partir dos resultados divulgados e dos livros ou artigos de imprensa que os interpretam.

O presente artigo está subdividido em quatro capítulos. Principia por fazer uma síntese dos estudos examinando as atitudes dos portugueses da metrópole relativamente à “questão ultramarina” no período das guerras coloniais. Esta tentativa de síntese é tanto mais pertinente quanto apenas dispomos de uma única sondagem, anterior ao 25 de Abril, onde a “questão ultramarina” é abordada. O ano da sua publicação – 1973 – é também o ano da introdução das sondagens em Portugal. O facto desta sondagem – editada pelo Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado (IPOPE) – excluir da sua população alvo os indivíduos sem um “acesso habitual” à informação torna problemática a generalização dos seus resultados para o universo nacional. Daí a importância de interpretar os seus dados num quadro mais alargado.

O segundo capítulo assinala o impacto do 25 de Abril na drástica e rápida mudança na opinião pública acerca da manutenção da guerra e das Províncias Ultramarinas. Boa parte deste capítulo é dedicada a analisar o estudo de Mário Bacalhau, de 1978, que permanece como o mais completo acerca das atitudes dos portugueses relativamente à “questão das ex-colónias”. Os dados fornecidos por este estudo não podem, contudo, ser extrapolados para todo o período subsequente. Tanto quanto podemos inferir de inquéritos posteriores, as atitudes dos portugueses face à concessão das independências e à descolonização evoluíram entre o pós-25 de Abril e a primeira década do século XXI. É essa evolução que tenta detectar e contextualizar historicamente o terceiro capítulo. O quarto e último procura sistematizar e compreender as permanências e as mudanças nas atitudes dos portugueses perante o fim da guerra, a concessão das independências e o processo de descolonização, tal como são dedutíveis das duas mais importantes sondagens sobre estes temas: a de 1978 e a de 1995.

A Guerra e o Império: uma Aproximação às Atitudes dos Portugueses antes do 25 de Abril

Entre o início das guerras em África e o 25 de Abril a guerra era um assunto tabu. Censurada (embora não elidida) nos meios de comunicação, a única representação que livremente circulava dela era a do regime. Esta representação alimentava-se dos discursos sobre o carácter colonizador dos portugueses e da visão do Portugal Uno do Minho a Timor, reproduzidos nos bancos da escola, na comunicação social, na monumentária e toponímia ou na filatelia (só para mencionar alguns exemplos). Recorde-se ainda que o regime rapidamente associou a Guerra do Ultramar à celebração do Dia de Portugal. No ano de 1963, o 10 de Junho foi transformado numa homenagem às Forças Armadas Portuguesas, durante a qual eram condecorados combatentes ou seus familiares, a título póstumo. Se a Guerra do Vietname era noticiada e debatida diariamente nas televisões e na imprensa norte-americana, a Guerra do Ultramar raramente foi tema de debate em Portugal. Durante os treze anos que durou o conflito, o problema ultramarino só foi falado “livremente” em público durante as campanhas eleitorais de 1965, 1969 e 1973. E o que era dito nos manifestos e comícios só encontrava expressão em alguma imprensa diária, nunca na rádio ou na televisão. Sem dúvida que a guerra foi sendo abordada, num crescendo exponencial, pelas publicações clandestinas, mas estas eram de circulação muito restrita. A partir da segunda metade dos anos 60, entre os oficiais do quadro permanente, foi-se acumulando um certo mal-estar ante a

incapacidade do regime em encontrar uma solução política para a defesa do Ultramar. Mas este sentimento dos profissionais militares não transparecia para a opinião pública (Vaz, 1997: 259-266). Tal só sucedeu claramente com a publicação do *Portugal e o Futuro*, da autoria do vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em Fevereiro de 1974. Por esta data já o Movimento dos Capitães, formado no ano anterior, em torno de reivindicações corporativas, se politizara e compreendera que só o derrube do regime poria termo ao conflito.

Com o eclodir da guerra em Angola e o seu alastrar à Guiné Portuguesa e a Moçambique a sociedade portuguesa viu-se colocada perante duas questões: (1) Deveria Portugal manter as Províncias Ultramarinas? (2) Seria a via militar a melhor maneira de lidar com o problema africano?

Não obstante diferentes entendimentos e posições, entre as elites dirigentes predominou a convicção, e a conseqüente decisão política, de que as Províncias Ultramarinas eram parte integrante do Estado português, sendo o envolvimento militar crucial para esse fim. A defesa da opção ultramarina assentou em várias razões, que registaram uma certa evolução entre 1961 e 1974, tanto para fazer frente às pressões internacionais como para lidar com os descontentamentos metropolitanos e ultramarinos. Quando principiou a guerra em Angola, vinte e cinco países tinham já obtido a independência em África desde o fim da II Guerra Mundial. Quando Marcello Caetano chegou ao poder, tinham-se juntado a esse grupo dezasseis novos Estados. Só as colónias portuguesas continuavam ligadas à metrópole. Ao contrário de Salazar e dos integracionistas, para quem a unidade nacional não se discutia, Marcello pensava que das províncias portuguesas do Ultramar haveriam de nascer, um dia, novos Brasis. Por ora, era tempo de dar início a uma progressiva autonomia envolvendo também as populações negras. Pela Revisão Constitucional de 1971 e pela Lei Orgânica do Ultramar de 1972 as províncias receberam o estatuto jurídico-político de “regiões autónomas” e Angola e Moçambique viram-se dotadas de governos, assembleias legislativas e tribunais próprios (Oliveira, 1979: 27-99; Valente, 2002). No plano da representação nacional, o número de deputados ultramarinos, fixado em 23 pela Revisão Constitucional de 1959 (a mesma que alterara a designação de Colónias para Províncias Ultramarinas), ascendeu a 34. Tais medidas, porém, dificilmente podiam ser consideradas um primeiro passo no caminho da auto-determinação.

Quando comparadas com a razoável unanimidade de respostas das elites dirigentes às duas questões acima enunciadas, as atitudes e as práticas das oposições situadas à esquerda do regime exibiam uma heterogeneidade considerável. Nos anos iniciais do conflito apenas os comunistas tinham uma posição clara: condenavam a guerra colonial e exigiam o reconhecimento do direito dos povos colonizados à auto-determinação. Já os liberais e democratas, herdeiros do espírito da I Repú-

blica, preferiam apelar à discussão pública do problema ultramarino e denunciar o sacrifício da juventude na guerra, encontrando-se divididos sobre a questão da auto-determinação.

Nas eleições de 1965 a oposição democrática foi mais longe, com vários candidatos a apelar ao fim da guerra e a defender uma progressiva auto-determinação para os povos africanos. Essas posições encontrariam eco no *Manifesto dos 101 Católicos*, que se apoiava na doutrina da Igreja pós-Vaticano II (Cruz, 1983: 751-76). A questão colonial não esteve porém no centro da campanha oposicionista de 1965, que se absteve à boca das urnas. Na segunda metade da década iriam ter lugar diversos desenvolvimentos quantitativos. A imprensa socialista (clandestina) passou a reclamar a resolução pacífica do conflito, ao mesmo tempo que alertava para a necessidade de uma preparação atempada da descolonização a fim de os interesses das populações brancas serem salvaguardados. A Frente Patriótica de Libertação Nacional (criada em 1962 e sediada em Argel) principiou a apelar à deserção. Na campanha eleitoral de 1969 diversos candidatos voltaram a reclamar uma solução negociada para o ultramar bem como o reconhecimento do direito dos povos à auto-determinação.

O terceiro e último ciclo na luta das oposições à esquerda do regime contra a guerra colonial tem início por volta de 1969/70. Emergem novos factores como a radicalização das lutas estudantis, a proliferação de organizações clandestinas marxistas-leninistas – que colocavam a luta anti-colonial no centro da actividade política – e a multiplicação das acções dos católicos progressistas pela paz e contra a guerra. A estes factores deve somar-se a introdução de novas formas de luta, como as pequenas manifestações de rua contra a guerra colonial (maioritariamente participadas por estudantes) e a criação de organizações clandestinas armadas, ligadas ao PCP ou à extrema-esquerda, que praticavam actos de sabotagem contra instalações e transportes militares (Bebiano, 2002: 293-313; Cardina, 2009). No plano legal, verificamos que nos trabalhos do III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Aveiro antes do período eleitoral, o problema ultramarino não mereceu especial destaque. Todavia no ponto 4.3 das suas Conclusões exigia-se o claro reconhecimento do direito dos povos das colónias à independência e o começo de conversações com os movimentos de libertação, tendo em vista um cessar-fogo imediato, a transferência de soberania e a criação de um intercâmbio entre Portugal e os novos Estados.

As elites dirigentes e as pessoas que tinham uma participação política activa representavam porém uma pequena minoria na sociedade portuguesa. Que atitudes exprimiria a generalidade da população perante as questões acima enunciadas: (1) Deveria Portugal manter as Províncias Ultramarinas? (2) Seria a via militar a mais adequada para lidar com o problema africano? Embora simplificando o problema,

podemos dizer que para cada uma das questões, as atitudes poderiam ser agrupadas em três campos: “o dos que eram a favor”, “o dos que eram contra” e “o dos que não tinham uma opinião” (porque o assunto não lhes interessava ou porque hesitavam entre as outras opções). Responder a estas perguntas exigiria porém um programa de investigações que não está nos objectivos deste artigo. O que se segue são elementos quantitativos para um *tentative study*. Iremos assim analisar a já citada sondagem realizada pelo IPOPE, em Agosto de 1973, e reflectir sobre os resultados das eleições para a Assembleia Nacional durante o período das guerras em África.

A população/alvo do estudo do IPOPE eram os portugueses, maiores de 20 anos, residentes no continente, em localidades com mais de 10.000 habitantes e com um “acesso habitual” à informação. Este último critério reduzia logo a representatividade do inquérito pois muitos portugueses jamais liam jornais ou escutavam, pelo menos quatro vezes por semana, noticiários na rádio ou na TV (IPOPE, 1973: 10 e 50). Basta atender a que, segundo o Censo de 1970, a população, com 15 e mais anos de idade, sem qualquer nível de ensino representava ainda 35,2% da população residente. Não obstante estes condicionalismos, os dados permitem lançar alguma luz sobre os modos de pensar e agir da população alvo inquirida. Os analistas do IPOPE encontraram uma sociedade pouco inclinada a conversar sobre temas políticos. Com efeito, 61,7% dos entrevistados afirmaram interessar-se regularmente por assuntos de política, embora 54,1% dissessem nunca falar sobre os mesmos. Encontraram também o que descreveram como “uma sociedade sem opinião” – ficando porém sem perceber se os entrevistados não tinham realmente opinião ou se não se queriam comprometer, opinando. Notaram ainda que à medida que aumentava a idade do entrevistado, escasseavam as respostas, e que as mulheres tendiam a ter menos opinião do que os homens (IPOPE, 1973: 42-3 e 66-9). Uma atitude conformista, de resignação, era também visível, sobretudo “nas pessoas mais idosas, nas classes baixas e nas pessoas de reduzido nível cultural” (IPOPE, 1973: 53, 92-3).

Inquiridos acerca dos aspectos nacionais de que sentiam mais orgulho, os entrevistados indicaram a História, as Qualidades do povo, a Paisagem e o clima e a Contribuição para a civilização. As Províncias Ultramarinas ocupavam a 7.^a posição na lista, mas com uma representatividade mínima, já que não mais de 20 indivíduos as terão mencionado, numa base total de 700². Inquiridos sobre os objectivos políticos

2 Eis os resultados: História (nomeada por 28,1% dos respondentes em primeiro lugar; por 7,4% dos respondentes em segundo e por 5,8% dos respondentes em terceiro); Qualidades do povo (10,8%; 12,8% e 10,3% respectivamente), Paisagem e clima (8,8%; 7,4% e 9,5%); Contribuição para a civilização (8,4%; 11,4% e 4,3%) e Províncias Ultramarinas (2,8%; 3,7% e 6,6%). IPOPE (1973: 59-60)

para os próximos anos, mais de metade dos entrevistados considerava a paz como o objectivo mais importante (53,2%), seguido da igualdade (12,4%), da ordem (10,8%), do desenvolvimento (10,5%), da democracia (3,7%) e da liberdade (2,7%). Maior desenvolvimento, democracia e liberdade eram os objectivos preferidos pelos mais ricos, os mais cultos e os mais jovens. O valor da paz era “praticamente o único a que [as mulheres atribuíam] certa importância”, sendo muito valorizado pelos mais idosos e pelos que tinham menos estudos (IPOPE, 1973: 86-7).

Uma última questão pedia um juízo acerca da actuação do governo em vários domínios. A política ultramarina recebia a aprovação total de 34,2% dos entrevistados, a desaprovação de 18,6%, enquanto 47,2% dos inquiridos não manifestava opinião. Relativamente aos discordantes, não era possível saber se o faziam por desejar uma solução política para o ultramar ou por rejeitar as veleidades de abertura do marcelismo – o número dos primeiros seria sem dúvida superior ao dos segundos. A política ultramarina era o único domínio onde as mulheres se mostravam mais críticas do que os homens (IPOPE, 1973: 93-4). Este estudo sugere quatro coisas acerca do sentir da população do continente, residindo em núcleos populacionais de grande e média dimensão e com “acesso habitual à informação”. No início dos anos 70, o império africano estava longe de suscitar a admiração destes portugueses; os apoiantes da política ultramarina não chegavam a ser o dobro dos críticos dela; o ultramar era assunto sobre o qual metade desta população não tinha, ou não queria expressar, uma opinião e a guerra estava a provocar um desgaste visível entre as pessoas. As mulheres acusavam esse cansaço em maior escala do que os homens.

Na inexistência de outras sondagens anteriores ao 25 de Abril, os dados deste inquérito revelam-se úteis enquanto indicador de um estado de espírito, mas não podemos aferir do seu grau de fiabilidade. Não podemos, sobretudo, generalizá-los à totalidade da população portuguesa, dado o condicionalismo existente na definição da sua população alvo. A mais importante fonte de natureza igualmente quantitativa susceptível de servir de termo de comparação aos dados da sondagem do IPOPE relativos à avaliação da política ultramarina, são os resultados eleitorais.

Entre 1961 e 1973 realizaram-se quatro eleições para a Assembleia Nacional. A utilização dos resultados dos quatro escrutínios não pode, contudo, ser feita de ânimo leve. Como é sabido, a maior parte da população adulta não estava inscrita nos cadernos eleitorais³. Uma parte da explicação para isto residia nas exclusões

3 Segundo Schmitter (1977: 94) a população recenseada para estes quatro actos eleitorais evoluiu de 14,5% para 20,9% relativamente à população total. De acordo com Santo (2010: 152) a mesma proporção evoluiu de 16,1% para 23,0%. Recorde-se que nas eleições de 1975 a população recenseada (6.230.000 eleitores) representou 66,3% da população total.

legais, afectando os analfabetos (31% da população adulta em 1960 e 26% em 1970) e a maioria das mulheres, pois só pela Lei de 26.12.1968 o voto feminino foi extensível a todas as mulheres alfabetizadas. Também aos que advogavam ideias contrárias às do regime estava vedada a inscrição, mas esta forma de exclusão seria pouco praticada. Outra parte da explicação residia na apatia com que muitos portugueses encaravam o acto eleitoral, preocupando-se pouco com o facto de não estarem inscritos, embora reunissem as condições para tal. Segundo Philippe Schmitter (1977: 94-100), a peça chave da manipulação das eleições no Estado Novo era a forma selectiva como as autoridades locais organizavam o recenseamento eleitoral. Acresce a isto, o facto de uma parte significativa da população não acreditar que a sua participação em eleições pudesse alterar o estado das coisas (IPOPE, 1973: 54).

A primeira sondagem realizada em Portugal – que fez a manchete do número inaugural do *Expresso* (6.01.1973) – concluía que “63 por cento dos portugueses nunca votaram”, percentagem que se elevava a 67% relativamente às eleições para o parlamento (Santo, 2010: 154). Do lado da organização política, o facto de a oposição ter apenas um mês (de quatro em quatro anos) para expressar as suas posições, estar-lhe vedada a rádio e a televisão, serem constantes as manobras de intimidação da polícia sobre os seus candidatos e não ter, até 1969, acesso às moradas dos eleitores para o envio dos boletins de voto, exige cuidados redobrados na interpretação histórica dos sufrágios. Ainda assim, alguns pontos podem ser estabelecidos.

Nas eleições de 1961, poucos meses decorridos sobre os massacres de fazendeiros brancos no noroeste de Angola, a União Nacional obteve 1.112.577 votos (77,3% dos eleitores inscritos). Foi o melhor resultado eleitoral da UN depois da II Guerra Mundial. Nas eleições seguintes – quando a oposição democrática já exibia uma crítica mais consistente à política ultramarina do governo – a UN registava o seu segundo melhor resultado em idêntico período (1.211.577 de votos, ou seja, 75,3% dos eleitores inscritos). E se nas eleições de 1969 – as únicas em que os candidatos da oposição foram a escrutínio – a UN averbou o pior resultado de sempre em eleições legislativas (980.800 votos, correspondendo a 54,2% do eleitorado), nas eleições de 1973 voltou a conseguir mobilizar 66,5% do corpo eleitoral (1.391.999 votos). Quanto aos votos perdidos pela UN, nas eleições de 1969, estes não foram alimentar a oposição, mas ajudar a engrossar a abstenção, que passou de perto de 400 mil para quase 700 mil indivíduos⁴. Enquanto durou a guerra no Ultramar, entre 1 e 1,3 milhões de eleitores votaram regularmente na UN/ANP. Segundo o Censo de 1960, a população

4 Dados retirados de Schmitter (1977) para as eleições de 1961 e 1965 (p. 94) e para as de 1969 e 1973 (p. 114).

com 20 ou mais anos de idade era então de 5.550.212 indivíduos, tendo descido para 5.428.375 no Censo seguinte. Isto significa que cerca de 20% da população adulta manifestou consistentemente o seu apoio ao partido que defendia quer a manutenção do império quer o empenhamento militar como forma de prosseguir esse objectivo. Esta estimativa do campo “dos que eram a favor” é a mais conservadora possível. Muitos portugueses apoiariam a manutenção do império e a guerra, mesmo que nunca o tivessem manifestado nas urnas – por não estarem inscritos ou por se terem abtido por circunstâncias pessoais.

Analisemos agora os resultados da única eleição onde a oposição não desistiu à boca das urnas. Em 1969, as listas da CDE e da CEUD totalizaram 134.046 votos, isto é, 7,4% do corpo eleitoral. Estes resultados mostram que pelo menos 2,5% dos portugueses, com 20 anos ou mais, desaprovavam a política ultramarina do regime. Também esta estimativa “dos que eram contra” é a mais conservadora possível. Existem pelo menos três razões para pensar que o valor real seria maior: (a) o facto de mais de metade dos cidadãos em condições legais de votar não constar dos cadernos eleitorais (e não é crível que esses eventuais votos se fossem repartir por inteiro entre o regime e a abstenção); (b) a recusa de inscrição de diversos cidadãos por motivos de natureza política e (c) o facto de potenciais eleitores da oposição poderem ter-se abtido com receio de se expor, sobretudo em meios pequenos. Dito isto, só podemos conjecturar quantos seriam os portugueses que, eliminadas estas três constringências, teriam votado na oposição em 1969. Representariam 4% da população adulta? Ascenderiam a 6%? Importa, todavia, ter presente que uma atitude de oposição à guerra não implicava necessariamente uma atitude de apoio à Oposição Democrática. Esta postura, que seria nítida nas eleições de 1973 – basta ler o *Comércio do Funchal* ou *O Tempo e o Modo* –, não era ainda tão evidente quatro anos antes.

Aqui chegados creio ser possível avançar com algumas estimativas. São naturalmente discutíveis – aos historiadores caberá criticá-las e propor alternativas. Num país onde a liberdade de expressão só existia no interior de círculos restritos e a maioria da população não falava de política, onde o número dos cidadãos activos era muito inferior ao dos cidadãos politicamente apáticos, a propaganda do império, como um imperativo estratégico e moral, e da guerra, como uma questão de honra (nacional e também masculina), tornaria o campo “dos que eram a favor” da conservação do império, e veriam na guerra um mal infelizmente necessário, um campo oscilando entre 40% e 50% da população adulta – pelo menos no início do conflito. O campo “dos que não tinham uma opinião” rondaria os mesmos valores. As elites e os *opinion makers* encontravam-se maioritariamente no primeiro campo. Mas a vitória militar que tardava em chegar, a desmoralização progressiva

das tropas, a derrota pressentida na Guiné e a crescente contestação política e cultural na retaguarda terão operado uma mudança. Nos anos finais do regime, o campo “dos que eram a favor” da manutenção do império e da guerra não ultrapassaria 1/3 da população adulta. Já o campo “dos que não tinham opinião”, quer por desinteresse apático, quer por hesitação sincera, seria agora claramente maioritário (digamos, superior a metade embora inferior a 2/3). O campo dos que “estavam contra” a guerra e a política ultramarina oscilava entre os 10% e os 15% da população adulta. Ao contrário do que sucedera nos primeiros anos do conflito, as elites e os *opinion makers* distribuíam-se no final do marcelismo pelos três campos. Esse desafecto para com o regime e a manutenção da guerra era um fenómeno sobretudo visível em Lisboa e sua cintura industrial, no Porto, Coimbra e Setúbal, entre a população mais instruída e entre os mais jovens. Isto não obsta, porém, a que as atitudes mais comuns entre a população portuguesa, até ao 25 de Abril, tenham sido uma mescla de apoio patriótico, resignação e indiferença (sobretudo entre as gerações mais velhas), a que se veio somar um progressivo cansaço.

A Resolução do Problema Colonial na Primeira Sondagem após o 25 de Abril (1978)

O derrube do regime de Marcello Caetano pelo Movimento das Forças Armadas foi um daqueles grandes eventos que, num ápice, operam uma mudança radical na opinião pública, um revés súbito de fortuna (Ginneken, 2003: 111-12). Concorriam para isso três factores. Em primeiro lugar, o principal instrumento da guerra em África vinha declarar que a solução do problema ultramarino não passava mais pela via militar. Em segundo, o regime que ligara indissolvelmente o seu destino à preservação do Império fora derrubado sem qualquer resistência. Por último, o Presidente da República indigitado era o autor do *Portugal e o Futuro*, que perfilhava a mesma tese da obsolescência da solução militar, advogava uma larga autonomia para os territórios ultramarinos e colocava até a hipótese de uma futura confederação de Estados de língua portuguesa. As teses de António de Spínola foram sendo progressivamente ultrapassadas pela dinâmica interna do MFA., pelas atitudes dos negociadores portugueses, pela posição intransigente dos movimentos de libertação, pelas pressões da comunidade internacional e pelo dinamismo do processo político em Portugal. A Lei n.º 7/74 (26 de Julho) estabeleceu oficialmente o fim das operações militares e o princípio da transferência da soberania. Por sua vez, o 28 de Setembro de 74 representou a vitória dos que pugnavam por uma descolonização rápida, com a entrega do poder aos movimentos de libertação,

contra aqueles que tentavam *perseverar na via* do referendo às populações, assegurando a representação política das minorias brancas (Oliveira, 1979: 375-90; idem, 1982: 41-53 e 66-74). A partir da cimeira do Alvor (início de 1975) as atenções dos portugueses voltaram-se em definitivo para os problemas do território nacional. Como sintetiza lapidarmente Medeiros Ferreira (1994: 55-60 e 82-3), “raramente a metrópole foi tão egocêntrica como durante o processo de descolonização.”

Na primeira sondagem à sociedade saída do 25 de Abril, conduzida, em 1978, pelo sociólogo Mário Bacalhau, as atitudes dos portugueses acerca das duas questões enunciadas no capítulo anterior tinham sofrido uma reviravolta. O campo “dos que eram a favor” da continuação da guerra reduzira-se drasticamente a 2% dos inquiridos e o “dos que eram a favor” da manutenção de um Portugal pluricontinental caíra para 8%. Quase $\frac{3}{4}$ dos entrevistados aprovavam explicitamente o fim da guerra (com 24% a não saber ou a não querer responder) e mais de $\frac{2}{3}$ apoiavam a separação definitiva entre Portugal e as colónias (idem). É verdade que a identificação com os vencedores é uma atitude comum nos inquéritos realizados *post facto* (Marques, 1977, p. 272). Mas a condenação da guerra e a aprovação do princípio das independências jamais se viu contrariada por sondagens posteriores. Resultado inequívoco da forte politização da sociedade portuguesa no pós-25 de Abril, é o facto de a percentagem dos inquiridos sem opinião sobre estes assuntos ter caído para metade: de 47,2%, na sondagem de 1973 (IPOPE: 93), para 24%, cinco anos depois (Bacalhau, 1978: 100-101) ⁽⁵⁾.

Da sondagem realizada por Mário Bacalhau (1978: 99-101; 1994: 253-56) é possível retirar algumas conclusões:

- A guerra colonial era extremamente impopular. Apenas 2% dos inquiridos sustentavam que se devia “continuar a lutar”, valor que subia para 3% entre os inquiridos que haviam estado nas colónias (NS/NR = 24%). Distribuindo estas respostas pelas simpatias partidárias dos entrevistados verificamos que são muito baixas entre o eleitorado dos partidos então com representação parlamentar – UDP, PCP, PS, PSD e CDS – (entre 0 e 3%) e apenas mais expressivas (7%) no dos pequenos partidos de direita.
- A independência era a solução mais perfilhada pelos entrevistados. Registava 68% de respostas favoráveis, que ascendiam a 81% entre os inquiridos que tinham estado nas colónias. Este grupo de inquiridos (54% de civis e 46% de

5 Em 1978, os indivíduos que possuíam pelo menos o 5.º ano liceal, (cerca de 10% da população, segundo o Censo de 1981) e aqueles que tinham estado nas colónias eram os que tinham ideias mais definidas acerca dos problemas. À medida que o grau de instrução diminuía a percentagem de pessoas sem opinião aumentava (Bacalhau, 1978: 100-101).

ex-combatentes) correspondia a 11% do total da amostra. A maioria dos adeptos da independência rejeitava porém a “independência como se fez”, em nome de uma “independência garantindo os direitos” dos portugueses (59% do total da amostra). Era esta também a solução preferida por 70% dos inquiridos que tinham vivido ou combatido nas colónias. Este dado é digno de nota: entre os portugueses que tinham passado, ou nascido, em África uma independência garantindo a representação política da minoria branca recolhia seis vezes mais simpatia do que a auto-determinação no quadro de uma federação: 70% contra 12%.

- Apenas 8% dos inquiridos discordavam da concessão das independências (NS/NR = 24%). E destes 8%, três quartos inclinava-se para uma ampla autonomia no quadro de uma federação de Estados Lusófonos. Esta hipótese, entrevista no *Portugal e o Futuro*, era sobretudo bem acolhida pelas pessoas com maior grau de instrução (com um curso universitário: 37,5%; com o 7.º Ano: 15,5%) e pelos potenciais votantes dos partidos de direita (entre 8% e 12%).
- A “independência como se fez” tinha apenas a simpatia de 9% dos inquiridos. Eram sobretudo os votantes dos partidos à esquerda do PS que não hesitavam em apoiar o modo como a descolonização se efectuara: 37% dos simpatizantes do PCP e 39% dos simpatizantes dos pequenos partidos de esquerda. Os eleitores dos partidos de direita – sobretudo à direita do PSD (com 6% a favor) – condenavam a forma como a descolonização decorrera. Já entre o eleitorado do PS (10% a favor) encontramos o mesmo ténue apoio ao processo de descolonização registado à escala nacional. Ou seja, logo em 1978 a maioria dos votantes do PS não se revia na tese da “descolonização exemplar” defendida por líderes como Mário Soares ou Almeida Santos.
- Da avaliação do processo de descolonização podem retirar-se duas outras ilações, úteis quando examinarmos a questão nas décadas seguintes. Apesar de, em 1978, a descolonização efectuada não recolher simpatia, não existia também uma visão fortemente crítica dela. Quando inquiridos acerca das principais “mudanças positivas” ocorridas na vida nacional, 46% dos entrevistados indicavam a liberdade de expressão, 14% os salários, 9% o fim da guerra e 5% a descolonização. Como principais “mudanças negativas” eram assinalados o custo de vida (22% dos inquiridos), a falta de ordem (7%) e o desemprego (5%). A reforma agrária e a descolonização também eram referidas, mas com percentagens inferiores a 5% (Bacalhau, 1978: 109-110). Ao serem, porém, questionados acerca da sua vida pessoal, 9,2% dos inquiridos

assinalava o “regresso das colónias” como uma mudança para pior (Bacalhau, 1994: 103). Ou seja, cerca de metade dos que haviam vivido e trabalhado no ultramar (que constituíam 11% do total da amostra), sentindo-se pessoalmente lesados pela descolonização, não a encaravam como uma mudança negativa na vida do país.

- Também as expectativas acerca da viabilidade económica do Portugal pós-colonial não denotavam, em 1978, uma visão muito negativa da descolonização. Para 38,7% dos inquiridos, Portugal podia sobreviver sem as colónias, enquanto 19,9% achavam que não iria sobreviver. A maior parte porém não sabia ou não queria responder (41,4%). As percentagens mais elevadas do “sim” achavam-se entre os inquiridos “com o nível universitário (76,5%), médio (73,3%), 5.º ano ou equivalente (69,7%), residentes na Grande Lisboa (63,1%) e [da] classe alta e média alta (72,7%)”. A maior parte dos eleitores do PCP (72,5%) e dos pequenos partidos de esquerda (87,5%) era também desta opinião. Já os inquiridos “com menor nível de instrução, nomeadamente os analfabetos (79,7%), os residentes no Interior Norte (69,5%), no Litoral Norte (73,3%) ...e da classe baixa (74,9%), eram os que pensavam que Portugal não poderia sobreviver sem as ex-colónias ou que ‘não sabiam’”. No campo das simpatias partidárias, era entre o eleitorado do CDS (63,3%) que se registavam as maiores dúvidas acerca da possibilidade de Portugal sobreviver à perda do império (Bacalhau, 1994: 256). Os pontos 4 e 6 sugerem uma franca sintonia entre os juízos sobre a descolonização e as simpatias partidárias. A fronteira parece passar, em certos casos, pelo eleitorado socialista, e noutros, situar-se entre o PS e os partidos à sua esquerda.

Três Momentos nas Sondagens da Comunicação Social: 1984-90, 1994-95 e 2004

Entre as diversas sondagens publicadas pela comunicação social por ocasião do 25 de Abril, nove inquiriam das atitudes sobre o fim da guerra e/ou o processo de descolonização. A maior parte foi realizada entre 1984 e 1995. Depois desta data o assunto somente voltará a dar entrada nos questionários encomendados para assinalar o 30.º aniversário da revolução de Abril.

Até 1994, a descolonização só figurou em duas sondagens, ambas realizadas pela Norma para um jornal próximo do PSD: o *Semanário*. Nesses dois inquéritos – aplicados exclusivamente em meios urbanos – a descolonização registava uma avaliação bastante equilibrada: 44% a favor e 43% contra, em 1984, e 44% a favor e 34% contra, em 1985. Uma terceira sondagem, realizada igualmente em meios

urbanos, da responsabilidade da Euroteste para o *Diário de Lisboa*, em 1990, revelava um balanço ainda mais favorável da descolonização. Solicitados a avaliar o “fim da guerra em África e a descolonização”, 58,3% dos inquiridos diziam estar de acordo e apenas 19,7% contra. Ao agrupar, porém, numa só pergunta dois temas que vinham merecendo avaliações contrárias do público, este vespertino, próximo do PCP, condicionava as respostas. É provável que a formulação da pergunta tivesse levado muitos simpatizantes do “fim da guerra” a calar as suas críticas à “descolonização”. Também a sondagem realizada pela Norma para o *Diário de Notícias*, em 1984, ignorava o tema da descolonização. Convidados, porém, a identificar os responsáveis pela situação económica difícil (a recessão de 1983-1984 fora a mais grave desde a II Guerra Mundial), somente 2,7% dos entrevistados remetiam as culpas para a “perda das colónias”, enquanto 20,7% responsabilizavam a incompetência dos governos e 10,2% a inflação.

As sondagens da Norma para o *Público* e para o *Diário de Notícias* (ambas em 1994) e da Universidade Católica para o *Público* (em 1995) são concebidas e aplicadas num contexto bastante distinto do das anteriores. Cumpriam-se nesse biénio vinte anos sobre o 25 de Abril e a descolonização. Em Janeiro de 1994, a inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar em Belém mostrara a um país, que por duas décadas preferira não pensar na guerra, que esta continuava viva nas memórias colectivas. No decurso da cerimónia, enquanto o Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, era aplaudido, o Presidente da República, Mário Soares, era apupado – recusara fazer parte da comissão de honra do monumento⁶. Em segundo lugar, o aparecimento de canais privados de televisão (a SIC em 1992 e a TVI em 1993) havia posto termo ao monopólio da Rádio Televisão Portuguesa. No vigésimo aniversário da revolução de Abril, a guerra pela captação de audiências estava ao rubro. Em terceiro lugar, o PSD – partido sem qualquer responsabilidade no processo de descolonização – estava agora no poder. Este partido tinha uma atitude mais desconfiada para com a guerra em África. Cavaco Silva fora o primeiro Primeiro-Ministro a usar, no parlamento, o termo “guerra do ultramar” sem qualquer distanciamento (na sessão de 19 de Outubro de 1989). A expressão politicamente correcta era “guerra colonial”. Por último, a implosão da URSS e dos socialismos de Leste modificara a relação de forças entre as ideologias de esquerda e de direita no Ocidente.

6 Duas décadas após o monumento ter sido projectado, o Presidente da Comissão Executiva faria algumas revelações a este propósito. Convidado pelos promotores da iniciativa a integrar a Comissão de Honra, Mário Soares teria declarado não a desejar integrar, “no entendimento que tinha de que a construção do Monumento envolveria, tacitamente, uma imagem pública de concordância política com a Guerra do Ultramar” (Magalhães, 2007: 23-24).

A sondagem da Norma para o *Público*, em 1994, pedia uma avaliação numérica (entre 0 e 20) de uma vintena de tópicos seleccionados. A partir das médias, traçava um quadro sobre “o melhor e o pior que aconteceu nos últimos vinte anos”. A nota máxima cabia à Liberdade (15,3) e a mais baixa à Agricultura (7,4). A Descolonização situava-se na 14.^a posição, *ex-aequo* com a Indústria (9,8). Uma nota negativa, portanto. De acordo com o jornal, a descolonização apenas saía “menos desfavorecida da avaliação feita pelos mais jovens e pelas classes mais altas.”

A sondagem da mesma empresa para o *Diário de Notícias*, no mesmo ano, optava por diferenciar a descolonização efectuada das condições da sua realização, sendo a única a adoptar essa metodologia. Quase metade dos inquiridos (45,5%) respondeu que “a descolonização foi um desastre” (apenas 23,8% discordavam dessa opinião enquanto 30,7% não sabiam responder). Ao mesmo tempo, porém, um pouco mais de metade dos inquiridos (51,3%) achava que a descolonização foi “a que era possível” (com 25,6% a discordar dessa opinião e 23,1% a não saber responder). Quanto à taxa de execução, 58,3% dos entrevistados achavam que o objectivo da descolonização tinha sido cumprido, contra 18,5% que opinavam ter ficado por cumprir (NS/NR = 23,2%). Em resumo: para a maioria dos inquiridos pela sondagem Norma/*Diário de Notícias* (1994), a descolonização correrá mal, mas fora aquela a descolonização possível.

O trabalho da Universidade Católica para o *Público*, em 1995, viria a ser a única sondagem totalmente dedicada à descolonização. Este trabalho auferiu de um tratamento especial: o tamanho da amostra (1.506 indivíduos) estava muito acima dos inquéritos habituais (apenas a sondagem de Mário Bacalhau, em 1978, a superara, com 2.000 entrevistas) e os resultados seriam apresentados num destacável intitulado “Vinte anos de independências: e podia ter sido de outra maneira?” O princípio da concessão das independências e o processo de descolonização eram objecto de perguntas distintas. Em relação ao primeiro item, 65,5% dos respondentes mostravam-se favoráveis ao princípio. Discordavam dele 28,2%. Ao contrário do que sucedera com a sondagem realizada por Mário Bacalhau (1978), o número de pessoas que não souberam ou não quiseram responder era agora bastante baixo: 6,3%. Reproduzo o comentário do *Público*, com algumas notas pessoais entre-parêntesis: “Reparemos... que as percentagens mais elevadas de respostas positivas foram obtidas entre os interrogados que contam entre 25 e 44 anos [isto é, menos de 24 anos no 25 de Abril] e as mais baixas junto dos que têm mais de 65 anos [mais de 45 anos no 25 de Abril]; que foi na região de Lisboa e entre os eleitores do PS e da CDU [Coligação eleitoral entre o PCP e “Os Verdes”] que continuámos a encontrar mais gente a concordar com o princípio da independência das ex-colónias; que os eleitores do CDS se dividem quase a meio; que as respostas favoráveis às

independências crescem em percentagem conforme o grau de instrução dos inquiridos, variando entre um mínimo de 58,4% entre os que têm menos do que a 4.^a classe [34,5% da população segundo o Censo de 1991] e um máximo de 87,7% junto dos que completaram um curso superior [3,8%, *idem*]; que, por fim, aqueles que nasceram numa das ex-colónias também são dos mais reticentes relativamente ao princípio das independências”.

À pergunta “acha que tudo correu bem na descolonização?” apenas 7,8% dos inquiridos respondeu afirmativamente, com uma larga maioria (82,5%) a responder o contrário e 9,8% a não saber ou a não querer responder. O jornal concluía que já quase ninguém subscrevia a tese da “descolonização exemplar”, o que era verdade. Mas existia um claro enviesamento na formulação da pergunta, propício a gerar maiorias negativas. A divisão das respostas em “Muito bem / Bem / Nem bem nem mal / Mal / Muito mal” – idêntica à que o mesmo inquérito adoptara relativamente à integração dos retornados – teria sido mais esclarecedora.

Uma terceira pergunta media o impacto subjectivo da descolonização sobre o país. De acordo com o *Público* “a opinião generalizada foi que perdeu”. Para 87,3% dos inquiridos, Portugal ficou a perder no plano económico; para 71,1%, na área da cultura; para 63%, na área da política, e para 58,6%, no plano diplomático. Este balanço globalmente negativo – sobretudo no domínio económico – contrastava com as expectativas manifestadas pelos inquiridos, em 1978, acerca da possibilidade de o país “sobreviver, economicamente, sem as ex-colónias”. As diferenças de questionário num e noutro inquérito não permitem um aprofundamento comparativo. Ainda assim, recordemos que três anos após as independências, 38,7% dos inquiridos achavam que Portugal poderia sobreviver à perda das colónias, com 41,4% a não saber ou a não querer responder (Bacalhau, 1994: 256).

Entre todas as sondagens consultadas, a da Universidade Católica, de 1995, é a única a ocupar-se das percepções sociais sobre os retornados. Para 61,6% dos inquiridos a integração deste grupo não tinha corrido “nem bem nem mal”, para 21,5% tinha sido boa e para 12,8% tinha sido má (NS/NR = 4,1%). Vinte anos após a “ponte aérea”, os sentimentos negativos para com os retornados, existentes nos anos 70 (sobretudo, na capital), pareciam encontrar-se dissipados. Isso mesmo ressalta das atitudes perante o direito dos retornados a uma indemnização pelos bens deixados em África. Para 54,8% dos inquiridos os retornados deveriam ser indemnizados pelo Estado, contra 33,9% com opinião contrária (NS/NR = 11,3%). Embora a questão da indemnização aos ex-residentes dos territórios ultramarinos fosse uma reivindicação antiga das Associações dos Espoliados, ela ganhara uma certa notoriedade quando, em Dezembro de 1994, uma petição, com 5.550 subscritores, fora entregue ao parlamento solicitando uma indemnização por parte do Estado.

Em resumo. De acordo com os resultados do inquérito Universidade Católica/*Público* (1995), Portugal fizera bem em dar independência às colónias, mas a descolonização correria mal. Os retornados haviam sido integrados sem grandes problemas, mas Portugal ficara a perder com a descolonização em todos os domínios. O fim da guerra não era tema que preocupasse os autores das sondagens de 1994 e 1995. Vinte anos após o desmoronamento do império, a batalha das memórias colectivas não passava pela justeza das independências mas pelo modo como o processo tinha sido conduzido. Isto contrastava com as guerras culturais da segunda metade da década de 70, quando o combate se travava em duas frentes: em torno da concessão das independências e em torno do processo de descolonização.

Uma das novidades do ciclo de sondagens de 1994/5 reside no apuramento dos responsáveis pelos maus resultados da descolonização. Quer a sondagem Norma/*Diário de Notícias* (1994) quer a sondagem Universidade Católica/*Público* (1995) mostram uma opinião pública mais pronta a responsabilizar os intervenientes do pós-25 de Abril, do que os governantes do regime anterior. Isto representava a rejeição da tese cara aos mediadores envolvidos no processo de 1974/5, para quem a recusa do Estado Novo em negociar uma solução política minara as bases para uma saída negociada após 1974. Tal continuava a ser também a tese do PS, do PCP e da extrema-esquerda. Em ambas as sondagens, Mário Soares figurava à cabeça do *ranking* dos “culpados”.

A mudança mais significativa entre a sondagem do *Diário de Notícias* de 1994 e a do *Público* de 1995 é a clara redução da percentagem de pessoas que não sabe ou não responde (de cerca de 47% para 27%) e o concomitante aumento dos que pensam que a culpa é dos intervenientes do pós-25 de Abril (sobe de 28% para 42%). Na verdade, tudo leva a crer que a sondagem do *Diário de Notícias* foi realizada um pouco antes dos três debates televisivos, de 4 e 5 de Abril de 1994, onde a descolonização foi escarpada⁷. Esses debates tiveram tanta repercussão que levaram Fernando Dacosta (1994) a escrever que, em Portugal, a catarse da guerra colonial estava a ser feita não pela ficção ou pelo cinema, como noutros países, mas através das discussões televisivas. A inauguração do memorial aos combatentes mortos no ultramar, os debates na televisão e os artigos na imprensa ao longo de 1994 parecem ter produzido uma alteração no modo como a descolonização vinha sendo apreciada pela opinião pública - a começar pelos fazedores de opinião. Essa inflexão terá

⁷ A sondagem da Norma para o *Diário de Notícias*, em 1994, não insere a ficha técnica. Baseio a minha suposição no facto de o trabalho de campo da sondagem da Norma para o *Diário de Notícias*, em 1984, ter tido lugar entre 23 de Março e 6 de Abril e do trabalho de campo da sondagem da Norma para o *Público*, em 1994, ter decorrido entre 2 e 18 de Março.

sido captada pela sondagem do *Público* de 1995. Melhor ainda: a sondagem da Universidade Católica para o *Público* – com os especiais cuidados de que se revestiu – terá sido, em boa parte, realizada porque as memórias colectivas se haviam bruscamente modificado.

Não poderíamos, todavia, encerrar esta matéria sem uma observação de natureza metodológica. Quando a pergunta não adjectiva a descolonização e pede uma resposta (ou uma nota) positiva ou negativa, os inquiridos que respondem tendem a produzir uma avaliação mais equilibrada (Norma/*Semanário*, 1984; Norma/*Semanário*, 1985; Norma/*Público*, 1994). Já quando a pergunta não é neutra (“foi um desastre?”; “tudo correu bem?”) os inquiridos que respondem tendem a avaliá-la de forma mais negativa (Norma/*Diário de Notícias*, 1994; Universidade Católica/*Público*, 1994). Os termos usados na formulação das perguntas condicionam as respostas. Há muito que isto é sabido entre os especialistas em sondagens – e, mais uma vez, comprovado empiricamente nos inquéritos sobre a descolonização realizados em Portugal nas últimas décadas.

Comparados com as sondagens de 1994/5, os inquéritos de 2004 dedicam pouco espaço à descolonização, ignorando por completo a questão das responsabilidades. A sondagem da Universidade Católica para a RTP pedia aos entrevistados que seleccionassem, de uma lista de quatro aspectos, os que deveriam ser comemorados no 25 de Abril. Metade dos entrevistados assinalou “o derrube da ditadura e a instauração das liberdades cívicas”, 41% assinalou “as mudanças sociais e políticas no país nos últimos trinta anos”, 29% assinalou “o fim da guerra colonial” e 13%, “o processo revolucionário que se seguiu ao derrube da ditadura”. Sendo uma pergunta de resposta múltipla a soma das percentagens excedia 100%. O terceiro lugar na lista, atribuído ao fim do conflito, não surpreende. Tal como não surpreende que fosse entre os nascidos entre 1940 e 1954 – a Geração da Guerra – que o evento tivesse registado o maior número de referências: 41%. Quem já tinha ultrapassado a idade de incorporação militar em 1961 dedicou-lhe um lugar mais modesto (32%), mas foram os mais novos quem valorizou comparativamente menos o fim da guerra: 26% e 19%.

Quanto à sondagem da Marktest para o *Diário de Notícias* optou por pedir aos entrevistados que escolhessem, numa lista de três, “o acontecimento mais importante nos últimos 30 anos”. Eis os resultados: “O 25 de Abril e a democracia” (56,2%), “A adesão de Portugal à CEE / UE” (28,6%) e “A descolonização” (6,6%) (NS/NR = 7,0%). Para 6,6% dos entrevistados a descolonização surgia como um acontecimento mais importante do que o próprio “25 de Abril e a democracia” ou a adesão à UE – um dado que surpreendia o próprio jornal. Este dado parece contudo atestar a permanência de um pequeno núcleo sólido na opinião pública que concebe a

descolonização como uma das mais importantes realizações do 25 de Abril, independentemente de todos os erros e todos os dramas humanos. A confirmar a existência deste núcleo estão os 9% de inquiridos que concordavam, em 1978, com a “independência como se fez” (Bacalhau, 1978: 100), ou os 7,8% de entrevistados que achavam, em 1995, “que tudo correu bem na descolonização” (Universidade Católica/*Público*, 1995).

Resta dizer que, para o historiador, a falta de interesse dos inquiridos de 2004 pelo tema da descolonização, longe de ser menos interessante é plena de significado. O combate político e cultural de 2004 não passava mais pela descolonização! Esta deixara de ser um tema “quente” para os *media*. Recorde-se, no entanto, que as comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril haviam sido bastante polémicas, com uma controvérsia interminável em torno do *slogan* avançado pelo governo de Durão Barroso: “25 de Abril é evolução.”

Continuidades e Mudanças entre as Sondagens de 1978 e de 1995

Vamos agora centrar-nos nas duas sondagens mais relevantes sobre a questão colonial – a de 1978 e a de 1995 – para tentar detectar algumas permanências e mudanças nas atitudes dos portugueses ante o fim da guerra, a concessão das independências e o processo de descolonização. A importância destas sondagens não reside apenas no número de perguntas dedicadas a estes temas, mas também na dimensão das amostras, superior aos cerca de 1.000 inquiridos com que trabalham, em geral, as sondagens das últimas duas décadas: 2.000 entrevistas na sondagem de 1978 e 1.506 entrevistas na de 1995.

A aprovação do fim da guerra foi bastante consensual no Portugal do pós-25 de Abril. Apenas 2% dos inquiridos se manifestavam contra o cessar-fogo na sondagem de Mário Bacalhau (1978). E se este valor subia para 14% na sondagem da Universidade Católica (1995), esses 14% representavam apenas metade de todos aqueles que discordavam da concessão das independências. Esta outra opinião (manter a soberania portuguesa sem prosseguir a guerra), totalmente desconhecadora da realidade histórica, era apontada pelo jornal como um exemplo das falácias da opinião pública. Que também não deixava de notar que só metade dos defensores da continuação da guerra se manifestava “disposta a aceitar o princípio de enviar os seus filhos para a frente de combate”.

Em ambas as sondagens, a concessão das independências recolhe a aprovação de cerca de 2/3 dos entrevistados. No inquérito de 1978, 68% dos respondentes estão de acordo com as independências, embora discordem do modo como foram concedidas. Na sondagem de 1995, a percentagem dos que estão de acordo com

esse princípio é muito semelhante: 65,5%. A grande e significativa diferença está no aumento do número das vozes discordantes (passa de 8% em 1978 para 28,2% em 1995). Concomitantemente, diminui o número daqueles que não sabem ou não respondem (de 24% para 6,3%).

Estes dados levaram o *Público* a escrever, em 1995, que “quase um em cada três portugueses tem saudades do império”. Se aplicássemos idêntico raciocínio aos dados de Mário Bacalhau (1978), essa proporção cairia para “menos do que um em cada dez”. Tentemos compreender como se operou esta mudança entre as duas sondagens. Em primeiro lugar, a percentagem dos entrevistados que “viveu ou combateu nas ex-colónias” é bastante mais elevada na sondagem de 1995 (18,5%) do que na de 1978 (11%). Ora, pelos meus cálculos, o grupo dos ex-desalojados e dos ex-combatentes encontra-se sobreavaliado na sondagem do *Público* (rondaria então os 14% da população nacional) e subavaliado no inquérito de Bacalhau (corresponderia a 15% da mesma)⁸. Este duplo desajustamento não me parece constituir, porém, a variável chave da mudança, conquanto contribua para ela. A desagregação dos resultados pelas simpatias partidárias fornece uma pista mais importante. De acordo com a sondagem de 1995, é entre o eleitorado do PS e o da CDU que se encontra “mais gente a concordar com o princípio da independência” e são “os eleitores do CDS [que] se dividem quase a meio”. Daqui podemos deduzir que entre os votantes do PSD o “sim” à independência suplantara o “não”. Ora, em 1978, os votantes do PS, do PSD e do CDS registavam a mesma percentagem de adesão ao princípio da concessão das independências, isto é, 79%. Já entre os votantes do PCP a adesão atingia os 90%. A maior mudança verificou-se portanto junto do eleitorado de direita. É pois possível que os resultados da sondagem de 1978 – a única realizada através do método da entrevista directa – tivessem sido afectados por um fenómeno, teorizado por Noelle-Neumann (1993) como a espiral de silêncio. Poucos anos após o 25 de Abril / PREC, numa data onde a alternância democrática entre esquerda e direita ainda não tivera lugar⁹, e as ideologias terceiro-

8 Segundo dados oficiais de 1978, o número total de indivíduos retornados do Ultramar seria de 505.000 e o número de antigos combatentes situar-se-ia um pouco abaixo dos 915.000. Não é possível conhecer o quantitativo dos técnicos que teriam estado nas colónias e regressado antes de 1974. Mas só os retornados e os ex-combatentes somariam 1.420.000 indivíduos. Isto representaria perto de 15% da população nacional em 1978. Em 1995, o número de antigos retornados rondaria os 481.000 e o número de ex-combatentes rondaria os 910.000 indivíduos. Sem contar com os técnicos, os retornados e os ex-combatentes somariam 1.391.000 indivíduos. Isto representaria perto de 14% da população total em 1995.

9 O PS, que vencera as eleições de 1976, com 35% dos votos, constituía em Janeiro de 1978 um governo de aliança parlamentar com o CDS (o trabalho de campo da sondagem de 1978 decorreu entre 8.03.1978 e 24.04.1978). Mas só com a vitória da Aliança Democrática, por 42,5% dos votos, em Dezembro de 1979 a direita chegaria pela primeira vez ao poder após o 25 de Abril.

-mundistas desfrutavam de uma razoável audiência, a representação promovida pela esquerda sobre o significado das independências e sobre os críticos da descolonização (apodados de “fascistas”, “colonialistas”, “neo-colonialistas” ou “reaccionários”), dominava largamente. As pessoas que pensavam de maneira diferente tenderiam a retrair-se.

Quanto ao processo de descolonização, este recolhe sempre pouca simpatia nos dois inquéritos. Na sondagem de 1978, somente 9% dos respondentes concordam com a “independência como se fez”. Na sondagem de 1995, apenas 7,8% dos inquiridos são da opinião que “tudo correu bem na descolonização”. O facto de a formulação das perguntas ser completamente distinta nas duas sondagens impede um maior aprofundamento da questão. O facto maior que importa ser realçado é, todavia, outro. Tanto em 1978, como em 1995, as sondagens revelam que a opinião pública que votava à esquerda não acompanhava o discurso oficial dos partidos de esquerda acerca dessa matéria. A tese da “descolonização exemplar” seria, aliás, muitas vezes apontada, pelos partidos de direita, como uma mistificação construída pela esquerda para ocultar as suas responsabilidades no processo.

Conclusões

No período em estudo ocorrem dois grandes pontos de viragem. O mais significativo é produto do 25 de Abril e da dinâmica a seguir gerada. O 25 de Abril significou a perda da guerra e a perda do império. O segundo ponto de viragem, de menor amplitude, tem lugar por ocasião do vigésimo aniversário da revolução.

A viragem de 1974/5 materializou-se em duas mudanças. Por um lado, os defensores da manutenção da guerra e do império passaram de cerca de 1/3 da população para cerca de 2% (da guerra) e 8% (do império, geralmente sob a forma de uma federação de estados). Por outro, a percentagem das pessoas sem opinião sobre estes assuntos caíu de mais de metade para menos de 1/4. No início do capítulo 2 enunciámos os principais factores que explicam estas mudanças.

A viragem de 1994/5 merece algumas reflexões adicionais. Os combates político-culturais de 1974/79 (travados quase sempre fora do discurso partidário, mas não por pessoas necessariamente sem partido) haviam sido muito mais contundentes e mobilizados maiores recursos individuais. Entre 1974 e 1979 saíram dos prelos portugueses 55 livros dedicados à descolonização. Destes, 37 tinham claramente uma intenção polémica. Entre 1990 e 1995 publicaram-se 7 livros sobre a descolonização. Apenas 1 era movido por idêntica intenção. Também, entre 1974 e 1979 a

denúncia da descolonização era tema recorrente em alguma imprensa de circulação restrita (p.ex., *O Diabo*). Ora, apesar deste empenho, o tema da descolonização não foi abertamente debatido e a questão não polarizou a opinião pública dos anos 70. Isso mesmo o atesta as cinco sondagens publicadas entre 1978 e 1990: os resultados, como os questionários. Porque razão as atitudes dos portugueses sobre o fim do império africano sofreram então a alteração detectada em 1994/95? O psicólogo social James W. Pennebaker (1997: 11-18) desenvolveu um modelo segundo o qual a cada 20-25 anos as memórias colectivas de um dado evento experimentam alterações significativas. Essas mudanças estariam relacionadas, antes de mais, com a entrada em cena de uma nova geração e com o progressivo desaparecimento da geração mais velha. A pertinência deste modelo não deve dispensar porém a análise histórica.

Começemos pelo contexto político-cultural mais vasto. A viragem de 1994/5 ocorre no rescaldo da Queda do Muro de Berlim e da implosão da URSS. E verifica-se durante a década de ouro do PSD (1985-95), partido que sempre apoiou - pelo menos desde o Verão de 1974 (Ferreira, 1994: 248) - o princípio das independências, mas que não teve responsabilidades no processo de descolonização. Isto permitiu-lhe manter sempre uma postura crítica em relação aos aspectos mais graves desse processo. Simultaneamente, o PSD apresentou-se como um partido pragmático, capaz de estabelecer e manter relações com as ex-colónias numa base paritária, sem complexos de culpa coloniais. O mecanismo de gatilho residiu, todavia, no facto de a descolonização ter passado a ser discutida sem tabus nas televisões portuguesas em 1994. A concorrência gerada pela recente entrada em cena dos dois canais privados quebrou a postura, em geral, politicamente correcta da televisão pública. Esta discussão foi muitas vezes pouco esclarecedora, mas foi apaixonada, polémica e polarizou a opinião pública.

Dois pontos de viragem balizam, naturalmente, três tempos. Da análise do primeiro tempo - a tal "sociedade sem opinião" de que falava o IPOPE - foi possível concluir que o apoio da opinião pública ao esforço de guerra e ao ideário de um Portugal pluricontinental começou a entrar em declínio na segunda metade da década de 60. Por volta de 1973, pouco menos de um terço dos portugueses apoiaria a política ultramarina do regime, mais de metade não teria opinião sobre ela, ou já não teria certezas, enquanto os contestatários não representariam mais do que 10% a 15% da população residente. O segundo tempo medeia entre 1974/75 e o início da década de 90. Em relação ao tempo anterior, o aspecto mais saliente é o aumento dos apoiantes do fim da guerra de cerca de 15% para perto de 75% da população. Já o processo de descolonização divide claramente os portugueses. Entre 40% a dois terços dos inquiridos avaliam criticamente este processo, ao mes-

mo tempo que os seus apoiantes nunca atingem os 10% da população residente no continente. Sobre o terceiro tempo, que se inicia em 1994, não dispomos de dados suficientes para os últimos quinze anos. No entanto, a visão altamente crítica, manifestada em 1994/5, sobre a descolonização, o princípio da concessão das independências (em 1995, 28% dos entrevistados discordavam desta concessão, contra 8% em 1978) e mesmo o fim da guerra (em 1995, 14% desejavam que a guerra tivesse sido prolongada, contra apenas 2% em 1978), parece ter-se esgotado em poucos anos. O que ocorreu neste biénio foi uma reacção contra o tratamento que o colonialismo, a guerra e a descolonização vinham merecendo por parte dos grandes órgãos de comunicação social, desde 1975. Foi o silêncio, para “não abrir feridas”, e a fuga ao debate aberto durante duas décadas que motivou a explosão mediática de 1994-95. Como a psicologia não se cansa de lembrar, recalcar acontecimentos traumáticos apenas lhes confere mais força... O facto de, na sondagem de 1995, a taxa de entrevistados que não responde à questão das independências e da descolonização não atingir sequer 10% da amostra revela que a exposição a estes temas era então bastante elevada.

Após um período de relativa amnésia e de recusa de debate público, o 20.º aniversário do 25 de Abril permitiu uma alteração no modo como a opinião pública encarava a guerra colonial e a descolonização. O predomínio dos imaginários de esquerda, evidente entre 1974 e o início da segunda metade dos anos 80, passou a ser contrabalançado pelas imagens e valores de direita. Nas comemorações de 1994 uma visão revisionista do colonialismo e muito crítica da descolonização, elaborada em círculos restritos desde 1975, ganha honras de primeira página (na televisão e na imprensa). Esta revisão das memórias colectivas, que conduziu a um equilíbrio e a um respeito entre as diversas representações alternativas, tem-se mantido até hoje. Os dois congressos internacionais, organizados por Rui de Azevedo Teixeira na viragem do século, ostentam um título impensável seis anos antes: «A Guerra Colonial: realidade e ficção» (2000) e (sobretudo) «A Guerra do Ultramar: realidade e ficção» (2001). Tal como seria impensável o genérico de Joaquim Furtado para a série documental televisiva internacionalmente premiada: «A Guerra: Colonial / do Ultramar / de Libertação» (2007-2010). O facto de, após 1995, somente duas sondagens sobre o 25 de Abril voltarem a contemplar a guerra e a descolonização sugere que ambas deixaram de ser consideradas “temas quentes”, ou polémicos, por parte da comunicação social. Doravante, a pluralidade de vistas faz parte do nosso imaginário social, sem que tal nos impeça de defender as posições com que nos identificamos. Ao mesmo tempo, verifica-se que, entre as gerações mais novas, estes temas deixaram de ter a importância e o significado que ainda têm para quem tinha mais de quinze anos no 25 de Abril.

Finalmente, as poucas sondagens que procedem ao tratamento dos dados sócio-culturais dos inquiridos, revelam que, à medida que caminhamos dos estratos mais cultos e mais ricos para os estratos menos cultos e menos ricos, se opera uma mudança. A aceitação da inevitabilidade histórica das independências, embora quase sempre muito crítica do processo de descolonização, vai cedendo lugar a um distanciamento quer do princípio quer da descolonização, acompanhado por uma visão pessimista em relação ao futuro do Portugal pós-imperial (Bacalhau, 1978: 101; Bacalhau, 1994: 256; Norma/*Semanário*, 1984; Norma/*Semanário*, 1985; Universidade Católica/*Público*, 1995). Também à medida que percorremos o espectro eleitoral, da esquerda para a direita, vemos uma visão favorável (ou menos desfavorável) do processo de descolonização ir cedendo lugar a uma avaliação fortemente crítica (Bacalhau, 1978: 101; Bacalhau, 1994: 256; Universidade Católica/*Público*, 1995). A génese deste dualismo não nasce com o processo atribulado das independências entre 1974 e 1975. As suas raízes mergulham nos combates entre o Estado Novo e as suas oposições e no seio das sensibilidades e movimentos existentes dentro de cada lado da barricada, na última década do regime deposto.

Uma declaração final: pretendendo contribuir para a escrita da história das memórias e das representações colectivas da guerra colonial e da descolonização, o presente exercício historiográfico está bem ciente de que essa escrita (forçosamente plural) exige um vasto programa de investigações conduzido por diferentes investigadores e em múltiplos domínios. Os inquéritos de opinião são apenas um desses domínios. As conclusões e as pistas agora abertas necessitam ser confrontadas com outros estudos temáticos e de síntese.

Bibliografia

- Bacalhau, M. (1978). *Os Portugueses e a Política Quatro Anos depois do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Meseta.
- Bacalhau, M. (1994). *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993*. Lisboa: Ed. Mário Bacalhau e Thomas Bruneau.
- Bebiano, R. (2002). "As Esquerdas e a Oposição à Guerra Colonial" in *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção*. Lisboa: Editorial Notícias, pp. 293-313.
- Cardina, M. (2009). *Guerra à Guerra: Violência e Anti-colonialismo nas Oposições ao Estado Novo*. Lisboa: Oficina do CES, 334.

- Cruz, M.B. (1983). 'A Oposição Eleitoral ao Salazarismo'. *Revista de História das Ideias* n.º 5, pp. 701-81.
- Dacosta, F. (1994). 'Desmanchar a história'. *Público*, 7.04.1994, p. 23.
- Euroteste/*Diário de Lisboa* (1990). 'A força da liberdade'. *Diário de Lisboa*, 24.04.1990, pp. 2-3.
- Ferreira, J.M. (1994). "A Descolonização: seu Processo e Consequências" in Mattoso, J. (Ed.) *História de Portugal*, Vol. 8. Lisboa: Estampa, pp. 53-101.
- Ginneken, J. (2003). "Collective Behavior and Public Opinion. Rapid Shifts" in *Opinion and Communication*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Pub.
- Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado (1973). *Os Portugueses e a Política – 1973*. Lisboa: Moraes.
- Lourenço, E. (1982 [1978]). *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Dom Quixote.
- Magalhães, A. (2007). *Monumento aos Combatentes do Ultramar*. Lisboa: Europress.
- Markttest/*Diário de Notícias* (2004). 'Portugueses Divididos sobre Estado da Democracia'. *Diário de Notícias*, 23.04.2004, pp. 2-4.
- Marques, J., Paez, D. e Serra, A.F. (1997). "Social Sharing, Emotional Climate, and the Transgenerational Transmission of Memories: the Portuguese Colonial War" in Pennebaker, J.W. (Ed.), *Collective Memory of Political Events: Social Psychological Perspectives*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Pub, pp. 253-75.
- Noelle-Neumann, E. (1993). *The Spiral of Silence: Public Opinion – our Social Skin*. Chicago: University of Chicago Press.
- Norma/*Diário de Notícias* (1984). 'Maioria Apoia 25 de Abril apesar das Dificuldades'. *Diário de Notícias*, 28.04.1984, p. 6.
- Norma/*Diário de Notícias* (1994). 'Sondagem sobre o 25 Abril: Soares duas vezes "culpado"'. *Diário de Notícias*, 20.04.1994, pp. 8-9.
- Norma/*Público* (1994). 'Portugueses Examinam o pós-25 Abril'. *Público*, 24.04.1994, pp. 2-3.
- Norma/*Semanário* (1984). 'Portugueses – Democratas mas Infelizes'. *Semanário*, 28.04.1984, pp. 7-8 (Parte II).
- Norma/*Semanário* (1985). '11 Anos depois do 25 de Abril'. *Semanário*, 27.04.1985, Dossier.

- Oliveira, M.A.F. (1979-82). *A Descolonização Portuguesa: Aproximação a um Estudo*. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade / Instituto Amaro da Costa, 2 Vols.
- Santo, P.E. (2010). 'Surgimento e Condicionantes das Sondagens em Portugal'. *Revista de Assuntos Eleitorais* n.º 13, pp. 141-176.
- Saraiva, A.J. (1979). 'O 25 de Abril e a história'. *Diário de Notícias*, 26.01.1979, p. 3.
- Schmitter, Ph.C. (1977). 'Portée et signification des élections dans le Portugal autoritaire (1933-1974)'. *Revue Française de Science Politique*, 27, 1, pp. 92-122.
- Universidade Católica/*Público* (1995). 'Vinte Anos de Independências: e Podia ter sido de outra Maneira?'. *Público*, 22.04.1995, destacável.
- Universidade Católica/RTP (2004). "Sondagem sobre o 25 de Abril". <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/pec/sondagens/sond25.htm>, data de acesso 15/6/10.
- Valente, V.P. (2002). *Marcello Caetano: as Desventuras da Razão*. Lisboa: Gótica.
- Vaz, N.M. (1997). *Opiniões Públicas durante as Guerras de África, 1961/74*. Lisboa: Quetzal Editores.

ANEXO - Ficha Metodológicas das Sondagens por Ordem Cronológica

IPOPE (1973)	Instituto Português de Opinião Pública e Estudos de Mercado (1973) <i>Os Portugueses e a Política - 1973</i> , Lisboa: Moraes. Universo: Maiores de 20 anos residentes no Continente. Amostra: 775 indivíduos. Intervalo de confiança: n.d. Margem de erro: n.d.
Mário Bacalhau (1978)	BACALHAU, Mário (1978) <i>Os Portugueses e a Política quatro anos depois do 25 de Abril</i> , Lisboa: Editorial Meseta. Universo: Maiores de 18 anos residentes no Continente. Amostra: 2000 indivíduos. Intervalo de confiança: n.d. Margem de erro: n.d. Empresa: Norma.
Mário Bacalhau (1984)	BACALHAU, Mário (1994) <i>Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993</i> , Lisboa: Ed. Mário Bacalhau & Thomas Bruneau. Universo: Maiores de 18 anos residentes no Continente. Amostra: 2360 indivíduos. Intervalo de confiança: n.d. Margem de erro: n.d. Empresa: Norma.
Norma/ <i>Diário de Notícias</i> (1984)	NORMA/ <i>Diário de Notícias</i> (1984) 'Maioria apoia 25 de Abril apesar das dificuldades', <i>Diário de Notícias</i> , 28.04.1984, p. 6. Universo: Maiores de 25 anos residentes no Continente Amostra: 598 indivíduos. Intervalo de confiança: 95% para p=50%. Margem de erro: 4%.

Norma/ Seminário (1984)	NORMA/ <i>Semanário</i> (1984) 'Portugueses - democratas mas infelizes', <i>Semanário</i> , 28.04.1984, p. 7-8. Universo: Maiores de 18 anos residentes em Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Vila Real e Viseu. Amostra: 994 indivíduos. Intervalo de confiança: n.d. Margem de erro: n.d.
Norma/ Seminário (1985)	NORMA/ <i>Semanário</i> (1985) '11 anos depois do 25 de Abril', <i>Semanário</i> , 27.04.1985, Dossier de 16 p. Universo: Maiores de 18 anos residentes em Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Vila Real e Viseu. Amostra: 601 indivíduos. Intervalo de confiança: 95% para p=50%. Margem de erro: n.d.
Euroteste/ <i>Diário de Lisboa</i> (1990)	EUROTESTE/ <i>Diário de Lisboa</i> (1990) 'A força da liberdade', <i>Diário de Lisboa</i> , 24.04.1990, p. 2-3. Universo: Maiores de 18 anos residentes na Grande Lisboa e no Grande Porto. Amostra: 303 indivíduos. Intervalo de confiança: 95%. Margem de erro: 5,7%.
Norma/ <i>Diário de Notícias</i> (1994)	NORMA/ <i>Diário de Notícias</i> (1994) 'Sondagem sobre o 25 Abril: Soares duas vezes "culpado"', <i>Diário de Notícias</i> , 20.04.1994, p. 8-9. Universo: n.d. [Continente] Amostra: n.d.. ["cerca de mil inquiridos" sg. D.N., 21.04.1994, p.4]. Intervalo de confiança: n.d. Margem de erro: n.d.
Norma/ <i>Público</i> (1994)	NORMA/ <i>Público</i> (1994) 'Portugueses examinam o pós-25 Abril', <i>Público</i> , 24.04.1994, p. 2-3. Universo: Maiores de 18 anos residentes no Continente. Amostra: 978 indivíduos. Intervalo de confiança: n.d. Margem de Erro: n.d.
Universidade Católica/ <i>Público</i> (1995)	UNIVERSIDADE CATÓLICA/ <i>Público</i> (1995) 'Vinte anos de independências: e podia ter sido de outra maneira?', <i>Público</i> , 22.04.1995, Destacável de 4 p. Universo: Maiores de 18 anos residentes no Continente. Amostra: 1506 indivíduos. Intervalo de confiança: 95%. Margem de erro: 2,5%.
Markttest/ <i>Diário de Notícias</i> (2004)	MARKTEST/ <i>Diário de Notícias</i> (2004) 'Portugueses divididos sobre estado da democracia', <i>Diário de Notícias</i> , 23.04.2004, p. 2-4. Universo: Maiores de 18 anos residentes no Continente. Amostra: 809 indivíduos. Intervalo de confiança: 95%. Margem de erro: 3,45%.
Universidade Católica/ RTP (2004)	UNIVERSIDADE CATÓLICA/RTP (2004) 'Sondagem sobre o 25 de Abril', <i>Portal RTP</i> (http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/pec/sondagens/sond25.htm). Universo: Maiores de 18 anos residentes no Continente. Amostra: 664 indivíduos. Intervalo de confiança: 95%. Margem de erro: 3,8%.